Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. FLÁVIO ESGAIB KAYATT

DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 4940/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/14696/2017
PROTOCOLO	: 1829929
ÓRGÃO	: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADO (A)	: LAURO SÉRGIO DAVI
CARGO	: DIRETOR-PRESIDENTE
INTERESSADO (A)	: VERA LÚCIA CORREA
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do **ato de concessão de pensão por morte** a Sra. Vera Lúcia Correa, beneficiária do ex-servidor José Candido Filho, que ocupava o cargo de auxiliar de serviços diversos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande.

Os documentos presentes nos autos foram examinados pela Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), que conforme se observa na **Análise 28062/2018** (peça 7, fls. 18-19), concluiu pelo registro da concessão da pensão por morte.

O Procurador do Ministério Público de Contas manifestou-se sobre a matéria por meio do **Parecer 19825/2018** (peça 8, fl. 20), no qual também opinou pelo registro da concessão da pensão por morte.

É o relatório.

DECISÃO

Analisando o conteúdo dos autos, verifico que a concessão de pensão por morte foi realizada em consonância com o disposto no *caput* e § 7º do art. 40 da Constituição Federal e nos artigos 13, I, 31, II, "*a*", 44, I e 45, I, da Lei (estadual) n. 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

Diante disso, concordo com a análise da Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e decido pelo **registro da concessão de pensão por morte** a Vera Lúcia Correa, beneficiária do ex-servidor José Candido Filho, que ocupava o cargo de auxiliar de serviços diversos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, com fundamento no art. 77, III, da Constituição Estadual, nos artigos 21, III, e 34, II, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, e art. 10, I, do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 22 de abril de 2019.

CONS. FLÁVIO KAYATT
RELATOR

dak